

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO  
PÚBLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Quotistas da  
IP Sul Concessionária de Iluminação Pública S.A.  
Porto Alegre - RS

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de março de 2025.

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA S.A.

## Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	17.196.634	13.570.897	Fornecedores	12	521.359	519.228
Contas a receber de clientes	4	3.117.958	2.241.084	Obrigações trabalhistas		421.132	468.862
Ativo financeiro	5	18.997.294	26.893.005	Obrigações tributárias		629.973	172.580
Estoques	6	6.289.505	7.812.736	Passivo de arrendamento	15	98.149	100.924
Tributos a recuperar	7	2.598.144	1.944.873	Dividendos e JSCP a pagar	17.3	18.446.301	20.290.463
Outras contas a receber		158.719	33.784	Outras contas a pagar	14	904.926	35.211
Despesas antecipadas	8	277.300	146.232	Juros s/ debentures	16	230.792	240.380
		<u>48.635.554</u>	<u>52.642.611</u>			<u>21.252.631</u>	<u>21.827.648</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Ativo financeiro	5	133.992.371	133.992.371	Tributos Diferidos	9.1	41.944.309	43.308.196
Tributos diferidos	9.1	5.824.451	6.064.182	Passivo de arrendamento	15	-	-
Imobilizado	10	972.929	745.785	Debentures	16	<u>77.863.040</u>	<u>80.854.384</u>
Intangível	11	3.466	8.666			<u>119.807.348</u>	<u>124.162.580</u>
Direito de uso - Arrendamento	15	95.211	96.949				
		<u>140.888.428</u>	<u>140.907.953</u>	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		40.500.000	40.500.000
				Reserva legal		1.863.731	1.804.474
				Lucros a disposição da assembleia geral ordinária		<u>6.100.272</u>	<u>5.255.861</u>
						<u>48.464.003</u>	<u>47.560.335</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>189.523.982</u></u>	<u><u>193.550.563</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>189.523.982</u></u>	<u><u>193.550.563</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	18	17.151.659	51.995.510
Custo de construção	19	(2.085.295)	(25.217.844)
Custo de operação	19	(6.585.064)	(6.486.439)
Lucro bruto		8.481.301	20.291.227
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	19	(2.617.875)	(2.972.939)
Outros resultados operacionais		4.596.668	2.003.956
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro e impostos		10.460.094	19.322.245
Receitas financeiras		1.765.554	3.058.686
Despesas Financeiras		(10.429.097)	(11.218.634)
Lucro líquido operacional antes dos impostos		1.796.551	11.162.297
Imposto de Renda e Contribuição Social	9.2	(611.412)	(3.785.649)
Lucro líquido do exercício		1.185.138	7.376.647
Lucro líquido por ação		0,12	0,74

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	1.185.138	7.376.647
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.185.138</u>	<u>7.376.647</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Lucro acumulados	Lucro a disposição da Assembleia Geral Ordinária	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	40.500.000	1.435.642	-	13.903.882	55.839.523
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(13.903.882)	(13.903.882)
Lucro líquido do exercício	-	-	7.376.647	-	7.376.647
Destinações					
Reserva legal	-	368.832	(368.832)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	(1.751.954)	-	(1.751.954)
Dividendos adicionais	-	-	(5.255.861)	5.255.861	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.500.000	1.804.474	-	5.255.861	47.560.335
Distribuição de dividendos adicionais					-
Lucro líquido do exercício			1.185.138		1.185.138
Destinações					
Reserva legal		59.257	(59.257)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	(281.470)	-	(281.470)
Lucros a disposição da AGO		-	(844.411)	844.411	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.500.000	1.863.731	-	6.100.272	48.464.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.185.138	7.376.647
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação e amortização	379.643	662.230
Tributos sobre o lucro	132.041	3.683.261
Tributos diferidos	(1.256.198)	4.242.645
Juros provisionados	6.241.593	6.302.852
Variação monetária debentures	4.077.734	3.973.277
Apropriação custo emissão debentures	448.495	448.495
Baixas do ativo imobilizado	210.949	
Resultado ajustado	<u>11.419.395</u>	<u>26.689.407</u>
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Ativo financeiro	7.895.711	(35.024.236)
Clientes	(876.874)	(423.744)
Estoques	1.523.231	9.279.754
Tributos a recuperar	(653.271)	(873.292)
Outras contas a receber	(124.935)	505
Despesas antecipadas	(131.068)	78.095
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Obrigações trabalhistas	(47.730)	(245.192)
Fornecedores	2.131	(5.396.249)
Obrigações tributárias	457.392	(36.314)
Outras contas a pagar	<u>588.246</u>	<u>(165.843)</u>
	<u>8.632.833</u>	<u>(32.806.514)</u>
Juros pagos	(6.251.181)	(6.350.262)
Caixa líquido gerado/consumido das atividades operacionais	<u>13.801.047</u>	<u>(12.467.369)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição imobilizado	(620.376)	(7.459)
Caixa consumido nas atividades de investimento	<u>(620.376)</u>	<u>(7.459)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização debentures	(7.517.573)	(3.750.147)
Pagamento de arrendamentos	(193.199)	(263.969)
Pagamento de dividendos e JSCP	(1.844.162)	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	<u>(9.554.934)</u>	<u>(4.014.115)</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.625.737</u>	<u>(16.488.944)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.570.897	30.059.841
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	17.196.634	13.570.897
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.625.737</u>	<u>(16.488.944)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

IP SUL Concessionária de Iluminação Pública S.A. (“Companhia”), adota o nome fantasia IPSul, possui sede na Rua Dr. João Inácio, nº 1130, Bairro Navegantes, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia foi fundada em 05 de maio de 2020, registrada como Sociedade de Propósito específico - SPE, exclusivamente dedicada à execução do objeto da concorrência pública promovida pelo Município de Porto Alegre, para a concessão administrativa cujo objeto é a modernização, expansão, operação, manutenção e exploração de receitas acessórias da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do referido Município por um prazo de 20 anos.

### 1.1 Enchentes Porto Alegre

Em maio de 2024 a cidade o Estado do Rio Grande do Sul foi afetado por chuvas anormais causando enchentes na maioria das cidades do estado, inclusive em Porto Alegre.

Diante do recente cenário dos acontecimentos, ainda não é possível contabilizar possíveis prejuízos ao contrato, mas a administração entende que não deverá ser de grande monta. Os equipamentos instalados em campo no período da modernização da cidade estão em uma altura muito acima do nível atingido pelas águas e os materiais utilizados nas redes subterrâneas tem a capacidade de suportar alagamentos.

Apesar da base operacional da IPSUL estar localizada em um dos bairros atingido pela enchente, os danos causados internamente foram de pouca expressão por conta do afastamento do galpão em relação a rua. A IPSUL possui seguro, exigido contratualmente, com cobertura para enchentes e estima que os prejuízos causados não superem o valor de R\$ 200.000,00.

## 2. Base de preparação

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024, e serão posteriormente ratificadas pela assembleia de acionistas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em Reais, que representa a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

### 2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

A principal área que envolve estimativa e premissa é a referente a Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

### 2.2.3. Ativo financeiro

Representado pelo contrato firmado com o Poder Concedente para construir, modernizar e operar e manter o parque de iluminação pública, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

O ativo proveniente da construção e modernização da infraestrutura é formado pelo reconhecimento da receita de construção e pela sua remuneração financeira.

### 2.2.4. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado, e segregados em materiais para manutenção e construção do parque concedido.

### 2.2.5. Imobilizado

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

### 2.2.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### 2.2.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

#### 2.2.8. Reconhecimento de receita

##### Serviços de iluminação pública

As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de construção - serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente);
- b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura. Dessa forma, a soma das contraprestações futuras não representa o seu efetivo valor presente, estando o ativo financeiro sob o alcance do CPC 12 Ajuste a Valor Presente. Tal ajuste enseja o reconhecimento de receita financeira pelo concessionário. A definição da taxa de desconto aplicada teve como parâmetro linha de eficiência energética disponibilizada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social para prefeituras. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão;

- c) Receita de operação e manutenção - serviços de operação e manutenção das instalações de iluminação pública, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização.

#### 2.2.9. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos	16.866.533	13.125.009
Aplicações financeiras	330.101	445.888
	<u>17.196.634</u>	<u>13.570.897</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

4. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Prefeitura de Porto Alegre	2.037.958	2.241.084
Bônus de Energia	1.080.000	
	<u>3.117.958</u>	<u>2.241.084</u>

5. Ativo financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	160.885.375	125.861.140
Receita de Construção	3.297.149	42.462.003
Receita Operacional	9.967.776	10.380.114
Receita Financeira	6.307.727	6.223.554
Contraprestações reconhecidas	(27.468.363)	(24.041.435)
Ativo financeiro	<u>152.989.664</u>	<u>160.885.375</u>

O Ativo financeiro da Companhia é oriundo do contrato de concessão nº 72274/2020, firmado com o município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O objeto do contrato é a concessão administrativa para a execução de obras e prestação de serviços relativos à modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do município de Porto Alegre, com prazo de vigência de 20 anos, contado a partir da data de eficácia.

O ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, indica que os contratos de concessão devem ser registrados de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 47 Receita de contrato com cliente, o método adotado para mensuração do ativo foi o de mensuração do progresso.

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de manutenção	5.813.596	7.812.736
Estoque em trânsito	475.909	-
	<u>6.289.505</u>	<u>7.812.736</u>

7. Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a recuperar	2.598.144	1.944.873
	<u>2.598.144</u>	<u>1.944.873</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

8. Despesas antecipadas

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar	277.300	146.232
	<u>277.300</u>	<u>146.232</u>

Refere-se a seguros previstos na cláusula 26 do contrato assinado junto ao poder concedente, os quais devem ser reajustados anualmente com o intuito de garantir a continuidade dos serviços, conforme contrato de concessão.

9. Tributos correntes e diferidos

9.1. Tributos diferidos

O PIS e a COFINS com compensação diferida referem-se aos débitos calculados sobre as receitas de construção relativas à formação do ativo financeiro, diferidos pelo prazo de amortização do mesmo, os quais serão realizados quando as contraprestações mensais são recebidas e tributadas.

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal sobre imposto de renda	4.278.979	4.461.604
Base negativa sobre contribuição social	1.545.472	1.602.578
Ativo fiscal diferido	5.824.451	6.064.182
PIS diferido	2.524.329	2.691.587
COFINS diferido	11.627.215	12.397.611
ISS diferido	4.117.452	4.435.997
Imposto de renda diferido	17.408.318	17.487.502
Contribuição social diferida	6.266.994	6.295.501
Passivo fiscal diferido	<u>41.944.309</u>	<u>43.308.196</u>

9.2. Tributos correntes

Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultado são reconciliados com as alíquotas estatutárias como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.796.551	11.162.297
Adições (exclusões) permanentes	1.718	(28.035)
Adições (exclusões) temporárias	317.669	(17.149.985)
Lucro real	2.115.938	(6.015.723)
Alíquota Nominal Combinada do Imposto de Renda e da Contribuição Social	34%	34%
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	719.419	(2.045.346)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	(108.007)	5.830.995
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>611.412</u>	<u>3.785.649</u>

IP SUL CONCESSIONÁRIA DE ILUMINACAO PÚBLICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo de aquisição	Deprec. acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Edificações	10%	286.810	(115.610)	171.200	199.882
Instalações	10%	12.200	(4.522)	7.678	8.898
Móveis e Utensílios	10%	126.418	(41.732)	84.685	99.840
Equipamentos de processamento de dados	20%	228.631	(167.695)	60.936	123.920
Veículos	25%	1.522.701	(926.469)	596.232	238.542
Máquinas e Equipamentos	5% a 20%	119.006	(66.809)	52.197	74.703
		<u>2.295.766</u>	<u>(1.322.837)</u>	<u>972.929</u>	<u>745.785</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado líquido:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2024
Edificações	199.882	-	-	(28.681)	171.201
Instalações	8.898	-	-	(1.220)	7.678
Móveis e Utensílios	99.838	3.674	(10.772)	(8.057)	84.683
Equipamentos de processamento de dados	123.921	-	(30.103)	(32.881)	60.937
Veículos	238.542	616.702	(162.937)	(96.074)	596.233
Máquinas e Equipamentos	74.704	-	(7.137)	(15.369)	52.198
	<u>745.785</u>	<u>620.376</u>	<u>(210.949)</u>	<u>(182.282)</u>	<u>972.929</u>
	31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2023
Edificações	228.563	-	-	(28.681)	199.882
Instalações	10.118	-	-	(1.220)	8.898
Móveis e Utensílios	111.705	-	-	(11.867)	99.838
Equipamentos de processamento de dados	169.546	7.459	-	(53.084)	123.921
Veículos	528.792	-	-	(290.250)	238.542
Máquinas e Equipamentos	94.548	-	-	(19.844)	74.704
	<u>1.143.272</u>	<u>58.790</u>	<u>-</u>	<u>(399.288)</u>	<u>745.785</u>

Não foram cedidos bens em garantia de empréstimos ou outros compromissos.

11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	31/12/2024	31/12/2023
Softwares	5%	<u>3.466</u>	<u>8.666</u>
		<u>3.466</u>	<u>8.666</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível líquido:

	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2024
Softwares	8.666		-	(5.200)	3.466
	<u>8.666</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.200)</u>	<u>3.466</u>
	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2023
Softwares	13.866	-	-	(5.200)	8.666
	<u>13.866</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.200)</u>	<u>8.666</u>

12. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	521.359	519.228
	<u>521.359</u>	<u>519.228</u>

13. Partes relacionadas

13.1. Administradores

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma diretoria com três integrantes.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Seguradoras	9.129	35.211
Estoque de terceiros	475.909	
Adiantamento de clientes	138.418	
	<u>623.456</u>	<u>35.211</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

## 15. Arrendamento mercantil/Direito de uso

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bens de Direito de Uso - Arrendamento		
Saldo inicial	96.949	161.624
Adições	190.423	187.409
Depreciação	<u>(192.160)</u>	<u>(252.084)</u>
Total	<u>95.211</u>	<u>96.949</u>
Passivo de Arrendamento		
Saldo inicial	100.924	177.484
Adições	190.423	187.409
Pagamentos	<u>(205.822)</u>	<u>(284.590)</u>
Juros incorridos	12.623	20.622
Total	<u>98.148</u>	<u>100.924</u>

## 16. Debêntures

No dia 15 de janeiro de 2022, a companhia emitiu debêntures incentivadas Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, autorizada pela Portaria Nº 3.196, de 16 de dezembro de 2021 do Ministério do Desenvolvimento Regional. A primeira emissão de debêntures foi realizada em série única, no montante de R\$ 80 milhões, não conversíveis em ações ou permutáveis por ações de outras sociedades, com vencimento em dezembro de 2035.

As debentures serão atualizadas monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo amortizadas em 25 (vinte e cinco) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, sendo a primeira parcela devida em 15 de dezembro de 2023 e a última na data de vencimento. Além deste incidiram juros remuneratórios correspondente ao maior entre: (i) 6,25% a.a. ou (ii) a taxa interna de retorno do Título Público Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2030, a ser apurada conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA, sendo os vencimentos semestrais a partir de 15 de dezembro de 2022.

Os recursos da emissão serão utilizados para financiar os investimentos previstos no primeiro ciclo da Parceria Público Privada (PPP). A operação foi liquidada com êxito em 10 de fevereiro de 2022 e a Fitch atribuiu Rating 'AA+(bra)' com Perspectiva Estável.

Na data de integralização das debentures, o montante correspondente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), oriundos dos recursos de integralização das debêntures, ficou e ficará retido na conta reserva CAPEX, o qual será liberado de acordo com a liquidez do projeto.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

Demonstramos abaixo a composição da conta debentures no balanço:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	81.094.763	80.470.548
Apropriação custo de emissão	448.495	448.495
Juros	6.228.970	6.282.230
Atualização monetária	4.077.734	3.973.277
Pagamento de juros	(6.238.558)	(6.329.640)
Amortização	<u>(7.517.573)</u>	<u>(3.750.147)</u>
	78.093.831	81.094.763

## 17. Patrimônio líquido

### 17.1. Capital social

O capital social da Companhia é dividido em 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil) de ações nominais, sendo todas ações ordinárias, no valor de R\$ 1 (um real) cada uma, o qual monta R\$ 40.500.000 (quarenta milhões e quinhentos mil), totalmente integralizado.

O controle da Companhia é compartilhado entre os seus acionistas, os quais detém 25% de participação de cada uma. Dessa forma, as demonstrações contábeis da Companhia não são objeto de consolidação por nenhum dos seus acionistas, sendo as decisões aprovadas de forma conjunta.

Demonstramos a seguir a composição acionária:

	Capital Social	Participação (%)
Quantum Engenharia Ltda.	10.125.000	25
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli	10.125.000	25
STE Serviços técnicos de engenharia S.A.	10.125.000	25
GCE S.A.	10.125.000	25
	<u>40.500.000</u>	<u>100</u>

### 17.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

17.3. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	1.185.138
Constituição da reserva legal	(59.257)
Base para pagamento de dividendos	<u>1.125.882</u>
Dividendos obrigatórios 2024	281.470
Dividendos a pagar exercícios anteriores	20.290.463
Dividendos pagos exercício	<u>(1.844.162)</u>
Total de dividendos a pagar	<u><u>18.727.771</u></u>

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/01/2023</u>
Receita de construção	3.297.149	42.462.003
Receita operacional	9.967.776	10.380.114
Receita financeira	6.307.727	6.223.554
	<u>19.572.652</u>	<u>59.065.671</u>
PIS	(322.949)	(974.584)
COFINS	(1.487.522)	(4.488.991)
ISS	(610.523)	(1.606.586)
	<u>(2.420.993)</u>	<u>(7.070.161)</u>
Receita líquida	<u><u>17.151.659</u></u>	<u><u>51.995.510</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em Reais)

19. Custos e despesas por natureza

Os custos e despesas comerciais e despesas gerais e administrativas, por natureza e função estão demonstradas da seguinte maneira:

Custos e despesas por natureza	31/12/2024	31/12/2023
Materiais aplicados	(2.650.361)	(21.650.401)
Serviços de terceiros	(2.814.307)	(5.965.867)
Ocupação, utilities e serviços	(1.030.771)	(1.165.804)
Frota de veículos	(1.129.525)	(1.171.362)
Custo e Despesas com pessoal	(2.928.750)	(4.116.376)
Outras Despesas	(734.201)	(470.047)
Depreciação e amortização	(318)	(137.365)
	<u>(11.288.233)</u>	<u>(34.677.221)</u>
Custos e despesas por função	31/12/2024	31/12/2023
Custos de construção	(2.085.295)	(25.217.844)
Custos de operação	(6.585.064)	(6.486.439)
Despesas administrativas	(2.617.875)	(2.972.939)
	<u>(11.288.233)</u>	<u>(34.677.221)</u>

20. Instrumentos financeiros

20.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

20.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

### 20.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

### 20.4. Valor Justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	17.196.634	17.196.634	13.570.897	13.570.897
Contas a receber de clientes	3.117.958	3.117.958	2.241.084	2.241.084
Ativo financeiro	160.885.376	160.885.376	160.885.376	160.885.376
Fornecedores	521.359	521.359	519.228	519.228

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

## 21. Contingências para perdas possíveis

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto a seu desfecho. São ações judiciais ou procedimentos administrativos para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem de verificação e análise dos fatos ou, ainda, que apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de êxito.

A IPSUL possui uma ação de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação do departamento jurídico para os quais não há provisão constituída. O Valor envolvido no processo classificado como possível em 31 de dezembro é de R\$ 290.689.

## 22. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.